

## Sobre a actualidade do projecto quinto-imperial de António Vieira

*On the contemporariness of Antonio Vieira's Fifth Empire project*

Renato EPIFÂNIO  
Universidade de Lisboa

---

### Resumo

---

Dissertar sobre um determinado pensamento é, fatalmente, dissertar sobre a sua actualidade. Só nos é possível falar de um determinado pensador na exacta medida em que ele tem ainda algo para nos dizer. O mesmo se passa com António Vieira, com o seu pensamento, com o seu projecto: o Quinto Império. O mesmo se passa com Platão, Aristóteles, Nietzsche ou Hegel. Se eles já não têm nada para nos dizer, impossível, ou, se possível, inteiramente fútil, é falar sobre eles. Tão inteiramente fútil quanto avaliar a importância de um determinado pensamento no estrito horizonte da sua época – se um pensamento tem algum valor é na exacta medida em que transcende o estrito horizonte da sua época, em que consegue repercutir-se na actualidade... Nessa medida, ao dissertarmos sobre o projecto quinto-imperial de António Vieira, iremos procurar, sobretudo, dissertar sobre a sua “actualidade”.

**Palavras-chave:** António Vieira, História, Portugal, Quinto Império.

---

### Abstract

---

To discuss over a specific thought is, inevitably, to discuss over its contemporariness. It is only possible to argue on a particular thinker to the extent of what he still has something to tell us, as well as on Antonio Vieira, on his thought, and his project: the Fifth Empire. The same works to Plato, Aristotle, Nietzsche or Hegel. If they do not have anything left to tell us, therefore it is impossible, or rather vain to talk about them. Just as entirely vain as to evaluate the importance of a particular thought in the strict horizon of its own time – if a thought has any value, it is insofar as it transcends its own time, in that it may reflect in present time... Hence, by discussing over Antonio Vieira's Fifth-Empire project, we will mainly try to debate its current actuality.

**Keywords:** Antonio Vieira, History, Portugal, Fifth Empire.

“Vós descobristes ao mundo o que ele era, e eu vos descobri a vós o que haveis de ser. Em nada é segundo e menor este meu descobrimento, senão maior em tudo: maior Gama, maior Cabo, maior Esperança, maior Império.”

António Vieira

“Sente-se, na verdade, que o espírito humano está desejoso de se libertar do cárcere estreito, escuro, asfixiante, em que o materialismo o enclausurou. A alma entorpecida reanima-se. Somos à beira dum novo período genésíaco que vai dar ao mundo uma nova fisionomia.”

Teixeira de Pascoaes

I

Ao dissertarmos sobre a actualidade do projecto quinto-imperial de António Vieira iremos imediatamente suscitar a desconfiança, senão mesmo a incredulidade, de muitos. Dirão uns que tal projecto é fruto de uma imaginação particularmente delirante e que, ontem como hoje, não deve por isso merecer um instante sequer da nossa atenção, dirão outros, mais condescendentes, que tal projecto é fruto de uma época particularmente propensa a tais delírios e que, na melhor das hipóteses, deve, por isso, ser perspectivado com todo o distanciamento histórico.

Todos aqueles que assim reagem incorrem contudo, a nosso ver, numa série de equívocos. Desde logo porque confundem o que no projecto quinto-imperial é verdadeiramente essencial com o que nele é meramente circunstancial, assim não vendo o que simultaneamente transcende a pessoa e a época em causa. Com efeito, muito para além do singular perfil da pessoa de António Vieira e de todas as reais ou imaginárias particularidades da época, reflecte o projecto quinto-imperial uma aspiração que desde sempre esteve presente em todas as épocas e em todos os homens: a aspiração pela optimização ontológica do mundo existente, pela plena revelação do sentido ou verdade de todo o ser, pela suprema realização do homem, de cada um de nós.

Eis, essencialmente, a aspiração que António Vieira procurou cumprir — quer através da sua obra, quer através da sua própria vida. Ao compreendermos isto, poderemos ainda, decerto, ridicularizar, até à

exaustão do riso, o projecto quinto-imperial. Importa contudo ter presente o seguinte: ao rirmo-nos de António Vieira, teremos também, por um mínimo de coerência, que nos rir de todos os grandes homens, desde logo, de todos os grandes filósofos, pois que também todos eles, de um modo mais ou menos assumido, de uma forma mais ou menos insistente, procuraram cumprir essa aspiração.

Efectivamente, quando Aristóteles, na esteira de Platão, nos dizia que todos os entes tendem para a optimização ontológica de si, para a sua suprema realização, estava já a assinalar esse trânsito do qual o projecto quinto-imperial é expressão. Todo o ser é trânsito para a verdade, para a plena revelação de si — eis o que Platão, Aristóteles e todos os outros grandes filósofos, pelo menos até Hegel, nos disseram. António Vieira nada nos disse de diferente. O seu projecto quinto-imperial é apenas a consagração desse trânsito: o trânsito no qual e pelo qual todo o ser se cumpre, o trânsito no qual e pelo qual todo o ser tende para a verdade, para a plena revelação de si, para a sua suprema realização. Essencialmente, o Quinto Império não é senão isso: a prefiguração da optimização ontológica do mundo existente.

Na nossa perspectiva, é à luz desse horizonte que António Vieira realiza toda a sua obra. Mesmo quando parece atender apenas às vicissitudes da sua época, Vieira nunca perde de vista esse horizonte. Daí, aliás, a razão de todo o seu empenhamento político — apesar do Quinto Império ser sobretudo um projecto espiritual, ele era também, enquanto realização histórica, humana e universal, um projecto

político, mais exactamente, um projecto mediado por algumas realizações políticas. Só através destas se poderia aquele, em última instância, cumprir — uma vez que só através da paz terrena pode o homem, pode cada um de nós, disponibilizar-se para realizar enfim essa viagem que mais importa, na procura da mais estreme união com o absoluto ser divino, com o absoluto ser da verdade.

António Vieira é bastante claro a esse respeito. Por um lado, o Quinto Império é essencialmente um projecto de dimensão espiritual: ele visa consagrar a mais estreme união do homem, de cada um de nós, com Deus. E nisso ele se distingue, irredutivelmente, de todos os outros impérios, cuja motivação era essencialmente política ou, quanto muito, civilizacional. Por outro lado, porém, enquanto realização histórica, humana e universal, ele era também, como dissemos, um projecto de dimensão política. Daí todas as mediações terrenas que, segundo Vieira, seriam necessárias para que, por fim, o Quinto Império se cumprisse. Não há pois, por isso, nenhuma contradição entre o plano político e o plano espiritual. O primeiro realiza-se apenas em função do segundo. A inversão desta ordem significaria, aliás, a inteira perversão da natureza do projecto quinto-imperial. Não fosse o Quinto Império, muito mais do que apenas mais um outro Império, um Império outro. O Império Outro.

## II

Se quanto aos propósitos últimos do projecto quinto-imperial nada há a apontar a Vieira — todos estaremos por certo de acordo com tais propósitos, não visassem estes, como dissemos, potenciar a optimização ontológica do mundo existente —, já quanto ao modo de realização dos mesmos, objecções várias se levantam.

A primeira delas prende-se, essencialmente, com a expressa e reiterada identificação que nos faz Vieira, ao longo da sua obra, do Quinto Império

com o Império de Cristo. Com efeito, se pelo Quinto Império se pretende consagrar a igual dignidade de todos os homens, na cumulativa consagração da essencial relação de todos nós com o absoluto ser divino, não parece haver, pelo menos à partida, qualquer razão válida para que privilegiemos a visão cristã de Deus em desfavor de todas as outras.

A objecção parece efectivamente pertinente. Ela falha contudo, pelo menos em parte, no seguinte: ela parte do pressuposto de que todas as visões de Deus, de que todas as religiões, se equivalem, de que todas elas são qualitativamente iguais entre si. Ora esse não é o pressuposto de Vieira. Mal ou bem, considera ele que a religião cristã é qualitativamente superior a todas as outras religiões.

Não significa isto que, para Vieira, a religião cristã se cumpra na anulação de todas as outras religiões. Se assim fosse, ela não seria, aliás, qualitativamente superior. É isto porque, para Vieira, a superioridade qualitativa da religião cristã manifesta-se, precisamente, pelo facto dela não se pretender opor a nenhuma outra, mas, ao invés, em si pretender integrar todas as diversas visões de Deus. Daí a sua concepção da religião de Cristo enquanto religião da Cruz: enquanto religião que se cumpre no mútuo cruzamento, na mútua integração, de todas as diversas religiões.

De resto, toda a religião, inclusivamente a religião cristã, não constitui mais do que um mero trânsito mediativo — a própria palavra, aliás, etimologicamente considerada, isso mesmo o indicia. Ela não se constitui como um fim para si mesma. O que todas as religiões pretendem é realizar a re-ligação com Deus. Esse é o seu efectivo fim. Daí que em última instância, realizada a re-ligação com Deus, todas as religiões se anulem a si próprias. Inclusivamente a religião cristã — também ela em última instância, realizada a re-ligação com Deus, a si própria se anulará.

Em última instância, não subsiste pois qualquer privilégio da religião cristã relativamente a todas as

outras religiões. Realizada a re-ligação com Deus, todas elas, sem excepção, a si próprias se anularão. Daí que já nem seja sequer correcto identificar, enfim, o Quinto Império com o Império de Cristo. Se, com efeito, o Quinto Império é já a efectiva expressão da realização da re-ligação com Deus, então a figura de Cristo, enquanto figura mediadora, enquanto figura mediadora por excelência, já foi entretanto superada. O Quinto Império não é já então o Império de Cristo. Ele é já, na sua suprema acepção, a superação do Império de Cristo — eis a necessária, por muito que herética, conclusão de todo este trânsito de realização do projecto quinto-imperial.

O que dissemos da religião cristã aplica-se também, ainda com maior cabimento, ao papel da Igreja neste trânsito de realização do Quinto Império. Ela, a Igreja de Cristo, a Igreja Católica, tem apenas um papel mediativo. Ela constituiu-se, tão-só, como a mediação institucional pela qual se realiza o Quinto Império, pela qual se cumpre a re-ligação com Deus. Eis todo o seu papel, como o próprio António Vieira nos assegura, mesmo quando, em múltiplas passagens da sua obra, exalta o insubstituível papel da sua Igreja — não fosse ela, na época, a mais sólida de todas as instituições, aquela que, por via disso, melhor poderia dirigir os destinos do mundo.

Com efeito, e não é preciso ser cristão para o reconhecer, na época era a Igreja de Cristo, a Igreja Católica, a mais sólida de todas as instituições. Num tempo em que o próprio mundo se parecia estar a refazer, em que ele se estava ainda a descobrir, só a Igreja Católica poderia de modo efectivo assumir-se como a grande instituição de referência da humanidade. Na época, era de facto ela que dirimia os principais conflitos entre os diversos povos, aquela que conseguia, pela sua força, pelo seu prestígio, gerar os maiores consensos. Daí que, ao defender de forma tão assumida o papel da Igreja Católica na direcção dos destinos do mundo, não estivesse apenas Vieira a defender a missão espiritual da sua Igreja — estava

também, desde logo, a defender a sua influência política, a sua influência sobre os principais soberanos políticos desse tempo.

Efectivamente, e ao contrário do que por vezes possa parecer, António Vieira não era nada ingénuo. Em muitos dos seus textos dá mostras de uma lucidez política digna de Maquiavel. Não significa isto que a sua concepção da acção política fosse a mesma — como temos dito, para Vieira a acção política tinha apenas uma função mediativa: potenciar a suprema realização do homem, na sua re-ligação com Deus. O seu projecto, o Quinto Império, era, como também já dissemos, um império de cariz essencialmente espiritual. Enquanto realização histórica, humana e universal, ele teria também, contudo, que se cumprir no plano político. Daí a atenção de Vieira às vicissitudes políticas do seu tempo, a sua sensibilidade às grandes movimentações sociais. Não se cumprisse o Quinto Império em todos os espaços, em todas as paragens, em todos os lugares.

### III

Cumprindo-se o Quinto Império em todos os lugares, houve, contudo, um lugar que António Vieira expressamente destacou: o seu, o nosso próprio país, Portugal. Daí, aliás, a outra objecção que recorrentemente se levanta a propósito do projecto quinto-imperial de Vieira — o desproporcionado destaque dado a este país no trânsito de realização do Quinto Império, o aparentemente inusitado protagonismo que Vieira lhe confere.

De imediato, traça-se aqui uma intransponível fronteira. Enquanto que os mais nacionalistas se extasiam com tal destaque, todos os outros portugueses, e, sobretudo, todos os não portugueses, se insurgem. Uma vez mais, contudo, incorrem numa série de equívocos aqueles que assim imediatamente reagem — quer aqueles que se extasiam com tal destaque, quer

aqueles que contra esse destaque protestam. Com efeito, longe está António Vieira de pretender fazer uma afirmação nacionalista, unilateral, do nosso país. Ao invés, Portugal simbolizava, a seus olhos, a futura transcensão de todas as afirmações unilaterais.

Porque o Quinto Império se cumpre na transcensão de todas as afirmações unilaterais, de todas as afirmações nacionalistas, havia, segundo António Vieira, que dar o exemplo. Daí o papel de Portugal. As razões de tal protagonismo, tão aparentemente inusitado, não se prendem, contudo, com a nossa grandeza — prendem-se antes, paradoxalmente, com a nossa pequenez. Porque Portugal era, na época, o mais pequeno de todos os países, o mais pequeno de todos os grandes países, ser-lhe-ia à partida mais fácil transcender a afirmação unilateral, a afirmação nacionalista, de si próprio.

Com efeito, a realização do projecto quinto-imperial afrontava directamente os interesses dos grandes países da época — desde logo porque os grandes países são, à partida, os mais ciosos das suas fronteiras. Portugal, ao invés, enquanto pequeno país, enquanto o mais pequeno de todos os grandes países da época, pouco ou nada tinha a perder a esse respeito — o seu território era ínfimo, só ele, mais do que nenhum outro, poderia aceitar que o verdadeiro império, o império que mais importa, não é um império terreno, antes espiritual. Ao invés, todos os outros países, todos os outros grandes países, porque em demasia ciosos das suas fronteiras, do seu território, só muito dificilmente poderiam aceitar tal ideia — ela punha em causa a sua suposta grandeza.

Efectivamente, só um pequeno país, só o mais pequeno de todos os grandes países, estaria, à partida, disposto a aceitar que o verdadeiro império, o império que mais importa, não é um império terreno, mas sim um império espiritual. Daí, em suma, a razão da escolha de Portugal. Portugal foi o país escolhido para dinamizar todo esse trânsito de realização do projecto quinto-imperial porque, aos olhos de Vieira, ele era, mais do que nenhum outro, aquele que, à partida, estaria mais disponível para realizar esse mesmo trânsito — na transcensão de todas as afirmações unilaterais, de todas as afirmações nacionalistas, de todas as ilusórias fronteiras, de todas as conquistas terrenas, em última instância, vãs.

A afirmação vieirina de Portugal não se constitui pois, por isso, como uma afirmação unilateral ou nacionalista — tal seria completamente incompatível com a lógica do projecto quinto-imperial, não se cumprisse este na incessante, na infinita transcensão de todas as afirmações unilaterais ou nacionalistas, de todas as ilusórias fronteiras, de todas as vãs conquistas terrenas, no progressivo descentramento de todo o homem relativamente a si próprio enquanto tal, na sua gradual abertura ao absoluto ser divino, ao absoluto ser da verdade. Ao invés, a afirmação vieirina de Portugal constitui-se como uma forma de auto-negação, diríamos mesmo, como a forma da sua auto-negação extrema. Eis, aliás, o que intuiu Agostinho da Silva, de longe o maior de todos os seguidores de Vieira no século XX, quando escreveu: “Só então Portugal, por já não ser, será.”

